



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

GÊNERO, RAÇA, CLASSE E DEFICIÊNCIA: UMA POSSIBILIDADE DE COALIZÃO INTERSECCIONAL A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA

SAMARA SANTOS SILVA¹

RESUMO:

O presente artigo, objetiva reforçar o entendimento da deficiência como categoria de análise indispensável para os estudos interseccionais, para as ciências humanas e sociais e, em específico, para o serviço social. A literatura crítica sobre deficiência contribui com a ultrapassagem da concepção de *tragédia pessoal*, bem como reforça nosso compromisso ético-político com a luta anticapacitista.

Palavras-chave: Deficiência; estudos sobre deficiência; serviço social; interseccionalidade.

ABSTRACT:

This article aims to reinforce the understanding of disability as an indispensable category of analysis for intersectional studies, for the human and social sciences and, specifically, for social work. Critical literature on disability contributes to overcoming the concept of *personal tragedy*, as well as reinforcing our ethical-political commitment to the anti-ableist struggle.

Keywords: Disability; Disability Studies; social work; Intersectional Studies.

INTRODUÇÃO

O serviço social brasileiro possui um consolidado compromisso com a eliminação de todas as formas de opressão e, como categoria profissional, levanta importantes bandeiras de lutas. Em 15 de maio de 2024, comemoramos o Dia do Assistente Social com o seguinte mote: *Nossa*

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

*liberdade é Anticapacitista!*². Foi possível, por meio de ações espalhadas pelo território nacional, reafirmar que a luta anticapacitista e a deficiência não são agendas secundárias, ou de menor importância³. Na verdade, ratificou-se o compromisso ético-político com essas agendas e com os encontros interseccionais provenientes delas. Por outro lado, ainda presenciamos uma ausência de acúmulo teórico crítico sobre o assunto, seja na academia ou fora dela. O que sobressai é o expressivo consenso de que pouco sabemos sobre o tema.

Em outras palavras, pelo distanciamento histórico que existe entre a área do serviço social, em específico, e as ciências humanas e sociais, e um quadro ampliado com a compreensão crítica sobre deficiência, nós estamos atrasados no debate e na compreensão desse fenômeno. É possível perceber que, quando debatemos sobre deficiência, as reflexões ainda se apresentam carregadas de estigmas, conhecimentos biomédicos e senso comum, devido ao enfoque predominantemente biomédico que a deficiência ganhou no Brasil (Mello e Nuernberg, 2012; Diniz, 2007). Objetiva-se, então, poder contribuir com as aproximações críticas a respeito do debate sobre a deficiência como categoria de análise, apoiado no forte acúmulo das correntes do modelo social de compreensão da deficiência.

Diante disso, o artigo apresenta um ensaio teórico-reflexivo dos resultados parciais da pesquisa em andamento no mestrado e utiliza a abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, sendo sua concepção metodológica a do materialismo histórico-dialético, por uma perspectiva de análise interseccional⁴. O estudo está organizado em duas seções. Na primeira, apresenta-se a compreensão sobre a *deficiência* como categoria de análise, na medida em que descortina possíveis compreensões aligeiradas a respeito dela. Na segunda, esboçam-se algumas notas introdutórias sobre as perspectivas de análise da interseccionalidade e da consubstancialidade, e conclui-se, reforçando a importância do uso e entendimento da categoria deficiência, tendo em vista sua dimensão política e analítica.

² Disponível em: <https://www.cfess.org.br/DiaAS2024/index.php>. Acesso em: 27/07/2024. Como analisaremos adiante, a categoria vem semeando incansáveis contribuições para a presente temática, movimento significativamente idealizado por nossos colegas profissionais com deficiência.

³ A título de exemplo, entre as ações feitas pelo Conjunto CFESS-CRESS que marcam tal compromisso, podemos citar: Resolução CFESS nº 992/2022, que estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência; Em 2023, foi deliberado e aprovado o Seminário Nacional: Serviço Social e a Luta Anticapacitista, previsto para 2025, em Pernambuco; foi lançado o Glossário de Libras do Serviço Social, Resoluções do CFESS em Libras e uma versão do Código de Ética da/o Assistente Social, também em Libras; Publicação do livro “Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de assistentes sociais com deficiência”; e a criação dos Comitês Anticapacitistas nos CRESS e no CFESS. Mais informações disponíveis em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2064>. Acesso em: 02/07/2024.

⁴ A escolha da interseccionalidade possibilita o entendimento de categorias como raça-etnia, classe, gênero, deficiência, território, entre outras, como relações de poder que influenciam as relações sociais da sociedade (Collins e Bilge, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFLEXÕES SOBRE DEFICIÊNCIA, SERVIÇO SOCIAL E CAPACITISMO

How one understands disability in the present determines how one imagines disability in the future; one's assumptions about the experience of disability create one's conception of a better future⁵ (Kafer, 2013, p.02).

Romper com as compreensões aligeiradas a respeito da deficiência tem sido uma das grandes contribuições da literatura crítica a respeito dos marcadores sociais da diferença. Para tal, faz-se necessário situá-la como uma das experiências mais orgânicas da vida humana, a qual todos nós iremos experimentar, se vivermos tempo suficiente (Diniz, 2007; Mello, 2016; Barnes, 2013; Mingus, 2017). Assim sendo, faremos um breve diálogo com o arcabouço teórico, o que nos possibilitará a compreensão do tema aqui envolvido. Para começar as reflexões desejadas, é necessário explicar por que estamos chamando e entendendo a deficiência como categoria⁶.

No curso da pesquisa, por meio de sucessivas aproximações e afastamentos da realidade e de suas expressões fenomênicas, depreendeu-se que a deficiência pode ser entendida como uma categoria guarda-chuva e, por isso, polissêmica, pois, ao mesmo tempo em que em ela pode sugerir ser sinônimo direto de uma lesão corporal, muitas vezes associada a uma ideia de tragédia pessoal, ela também desponta como a explicação de um fenômeno relacional que acontece à medida que um corpo com lesão interage com a sociedade pouco sensível à diversidade corporal, ou seja, um *“processo social e cultural”* (Mello e Nuernberg, 2012, p. 636).

Esse fenômeno foi histórica e academicamente esquecido pelas ciências humanas e sociais. E reforça, portanto, esse aspecto da deficiência como categoria e marcador social de diferença que atua tal qual os marcadores de gênero-sexo, raça-etnia, classe, idade, território. Diversas autoras no campo de estudos da deficiência apontam a importância dessa reflexão.

Como destacado, muitos estudos têm mostrado que **a deficiência, na intersecção com categorias como gênero, raça e classe, produz e potencializa processos de exclusão ou discriminação.** Além disso, ela também tem sido apontada como um **importante elemento na constituição da subjetividade, uma vez que o capacitismo atravessa e constitui todas as pessoas. Assim, a deficiência é uma categoria analítica que pode contribuir para a ampliação da compreensão dos fenômenos sociais** (Gesser, Block e Mello *in* Gesser et al. [org.]. 2020, grifo nosso).

⁵ *“A forma como alguém entende a deficiência, no presente, determina a forma como imagina a deficiência no futuro, a suposição sobre a experiência da deficiência cria sua concepção de um futuro melhor.”* (Kafer, 2013, p. 02, tradução livre minha).

⁶ Partindo do materialismo histórico-dialético para desvelamento da realidade e do objeto de estudo, entendemos que *“A construção de categorias perpassa o estudo sistemático, atento e processual de um fato. É a síntese de um processo de interpelação sobre todos os aspectos e perspectivas, observando com atenção que a realidade é complexa, heterogênea e contraditória”* (Diniz, p. 50 *In* Martinelli et. al. 2019).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Isso quer dizer que, aqui, optou-se, por exemplo, por utilizar a terminologia *peças com deficiência* por ser um consenso e por facilitar a compreensão do estudo aqui posto, mas compartilha-se do entendimento de deficiência como o proposto por Mello e Nuernberg (2012). Mesmo que, em alguns momentos, possa-se incorrer numa relação de sinônimo entre deficiência e lesão, a compreensão que se busca ter é a mencionada pelos autores.

[...] concebemos o **fenômeno da deficiência** como um processo que não se encerra no corpo, mas na **produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores**, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à **corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais** (Mello e Nuernberg, 2012, p. 636, grifo nosso).

Esse entendimento também pode ser encontrado na literatura latino-americana de Morán e Tiseyra (2019), quando explicam que

[...] desde el modelo social se plantea la discapacidad como una categoría sociopolítica, asociada a una perspectiva de derechos y justicia (Barton, 1998). Con este cambio, **se postula una distinción entre deficiencia y discapacidad** (Palacios y Romañach, 2006). **La deficiencia hace alusión a las condiciones biofísicas y la discapacidad refiere a la exclusión generada por una organización social que no tiene en cuenta a esas personas [...]** De esta última denominación, se desprende **que son las relaciones sociales que edifican las bases de la construcción social de la discapacidad como opresión cultural**. (Abberley, 2008) (Morán e Tiseyra, 2019, p. 501, grifo nosso)⁷.

Como ainda não há suficiente acúmulo de literatura no campo de serviço social a respeito dos estudos críticos que envolvem a deficiência, é de se esperar que a proposta aqui feita possa ser acompanhada por algumas inquietações no leitor-interlocutor. Para auxiliar, podemos perquirir um paralelo de análise, partindo daquilo que é objeto do serviço social. Como bem sabemos, o serviço social “[...] *se insere na sociedade capitalista madura, como um tipo de especialização do trabalho inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais.*” (Raichelis, 2010, p.752). Isso imprime que a profissão, para ser entendida como especialização do trabalho, possui um arcabouço daquilo que a legitima. O campo de intervenção da profissão, portanto, é o que concerne ao social. Quando isso se faz passível de entendimento, percebemos que não cabe à profissão, ou à produção de conhecimento

⁷ “[...] a partir do modelo social [de compreensão da deficiência], entende-se a ‘discapacidade’, como uma categoria sociopolítica associada a uma perspectiva de direitos e justiça (Barton, 1998). Com essa mudança, cria-se uma distinção entre deficiência e incapacidade (Palacios e Romañach, 2006). A deficiência faz alusão às condições biofísicas e a incapacidade refere-se à exclusão gerada por uma organização social que não considera todas as pessoas [...]. A partir dessa última denominação, desprende-se que são as relações sociais que edificam as bases da construção social a respeito da incapacidade como opressão cultural (Abberley, 2008) (*Ibidem*, 2019, p. 501, tradução livre minha).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que dela é proveniente, (re)produzir conhecimentos sobre o campo da deficiência, por exemplo, que sejam embasados em conhecimentos médicos e/ou biomédicos. Isso reforça o modelo médico de compreensão da deficiência e, a fim de ecoar, entre outras circunstâncias e narrativas, que as barreiras estão única e exclusivamente nas lesões, em vez de depreender as contradições postas pelos sistemas de opressão e segregação presentes no cerne do modo de produção capitalista.

Nesse compasso, segundo as autoras Débora Diniz (2007) e Anahi Mello (et al. 2014), os estudos sobre a deficiência tiveram seu início no Reino Unido nas décadas de 1970 e 1980

[...] em decorrência das lutas políticas, nos anos 1960 e 1970, das pessoas com deficiência nos Estados Unidos (*Independent Living Movement*), na Inglaterra (*Union of the Physically Impaired Against Segregation*) e em países nórdicos (*Self-advocacy Movement* na Suécia) por vida independente e direitos civis. (Mello, et al., 2014, p. 93 in Shimanski, 2014).

O campo de estudo percorreu, então, um longo caminho até ser consolidado na academia, sendo que atualmente “[...] vários são os programas de graduação e pós-graduação que já esboçam esta proposta em muitos países.” (Mello et al., 2014, p. 93). Os debates no campo dos estudos sobre a deficiência se ocuparam de propor o modelo social que, de acordo com a autora,

Diferentemente do modelo médico, em que normalidade ora era definida em termos estáticos, ora em termos sociais, o **modelo social definia normalidade como um valor calcado em ideais do sujeito produtivo para o capitalismo. Para o modelo social, normalidade era um tema de crítica constante, pois a ideologia da normalização foi, durante um longo período, o fundamento das ações biomédicas de intervenção no indivíduo com lesões.** (Diniz, 2007, p. 36, grifo nosso).

Os estudos sobre a deficiência, então, apresentam, desde seu surgimento, interfaces com outros movimentos sociais engajados na luta contra os variados tipos de opressões. Kafer (2013, in Gavério, 2016), teórica norte-americana no campo dos estudos sobre a deficiência, afirma que “foi através de leituras das abordagens teórico-feministas sobre o corpo” que passou a “compreender intelectualmente a deficiência como categoria política ao invés de patologias ou tragédias pessoais.” (Kafer, 2013 apud Gavério, 2016, p. 166)⁸. Nesse sentido, os estudos sobre a deficiência promovem o entender teórico-metodológico do modelo social que oportuniza uma ruptura com o, então, modelo médico que reduzia as pessoas com deficiência às suas limitações

⁸ A citação corresponde à resenha feita por Marco Antônio Gavério (2016), do Livro *Feminist, Queer, Crip*, da autora Alison Kafer. Bloomington: Indiana University Press, 2013. A tradução para o português foi feita pelo autor. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/170/> Acesso em: 05/09/2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

funcionais, tendo como consequência direta (e quase obrigatória) a reabilitação do corpo com deficiência com o pretexto de encontrar uma *cura*. (Diniz, 2007; Diniz et al., 2009; Mello, Nuernberg 2012).

Isto posto, é, em decorrência dos impactos causados pelas Teorias Feministas, Queer e pelos estudos sobre a deficiência, que emergiu a Crip Theory⁹ (Teoria Crip¹⁰), ou Teoria Aleijada na tradução para o português. Essa teoria propõe-se a ser uma tomada radical de todo arranjo que compõem o modelo social da deficiência e possui como expoente o professor e pesquisador Robert McRuer (2021). Para dimensionar a deficiência, McRuer (2021) parte da concepção de *capacidad corporal obligatoria* (que aqui indicamos, segundo o proposto por Anahi Mello (2016), e o termo *corponormatividade*¹¹ corresponde, mais apropriadamente, à tradução ao português. Nesse sentido, a Teoria Crip reforça e aponta, entre muitos determinantes, a existência da imposição de uma *heterosexualidad obligatoria*, *heteronormatividad capacitista* e, nas palavras de Sempertegui (2021), “*Al igual que la teoría queer, [la teoría crip] propone deshacer categorías consideradas como biológicas o naturales al comprenderlas social y culturalmente construidas.*”¹² (*Ibidem*, p. 397, 2021).

No interior das formas estigmatizadas de conceber a deficiência ao redor do mundo, encontra-se uma *dança terminológica*¹³ a respeito dos conceitos criados, tanto para discriminar, quanto para definir a discriminação. Anahi Mello (2016) apresenta uma nítida explicação sobre os conceitos da deficiência que se originaram na língua inglesa. A autora, a partir de uma conversa pessoal realizada em 2012 com o professor Romeu Kazumi Sassaki, apresenta que *ableism* e *disablism* surgiram, há muitos anos, para designar as pessoas com deficiência como os *deficientes* e as pessoas sem deficiência como os *normais*, sendo a recomendação de Sassaki (2012 *in* Mello, 2016) que a tradução para a língua portuguesa siga a mesma terminologia da

⁹ A publicação original de McRuer (Crip Theory) é datada de 2006 pela editora New York University Press. Utiliza-se aqui a edição em espanhol traduzida por Javier Sáez del Álamo e publicada pela editora Kaótica Libros (2021).

¹⁰ Sobre o significado do termo crip, Sempertegui (2021) explica: “o termo crip surgiu dos movimentos de pessoas com deficiência como uma apropriação e revalorização do termo depreciativo ‘cripple’ (aleijado, inválido). Nesse sentido, igualmente ao substantivo queer, crip tem conotações degradantes, hostis e negativas, relacionadas com o estigma, o insulto e o escárnio, e cumpre uma função similar de reapropriação de uma expressão pejorativa, para tomar consciência e afirmar uma transformação de chave política. **Por esta maneira, crip desestabiliza os valores e a normatividade do corpo orgânico, anatômico e funcional estandardizado.**” (Sempertegui, p. 395, 2021, grifo e tradução livre minha).

¹¹ De acordo com Gesser et al. (2020), o termo corponormatividade foi introduzido por Mello e Nuernberg (2012).

¹² “Igualmente a teoria queer, [a teoria crip] propõe desfazer categorias consideradas como biológicas ou naturais, ao compreendê-las como social e culturalmente construídas.” (Sempertegui, 2021, p. 397, tradução minha).

¹³ O conceito de dança terminológica foi mencionado pelo Prof. Dr. Ademir Alves da Silva em sala de aula. A dança terminológica expressa a ideia de movimento constante em relação às terminologias que foram criadas, ao longo do tempo, para referenciar diferentes grupos sociais entendidos como “minorias”, por exemplo, as pessoas com deficiência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

época: “*ableism* = capacitismo; *disablism* = deficientismo” (Mello, 2016). Nesse sentido, a autora afirma:

Acredito que *able* de *ableism* seja a palavra mais apropriada por ter a capacidade de neutralizar a palavra ‘capaz’, no sentido de *positividade* da deficiência, do mesmo modo que racismo vem de raça e sexismo, de sexo. Desse modo, o capacitismo ‘é um neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência’ (Mello, 2016, p. 3267, citando Dias, 2013, p. 5).

O neologismo foi criado e traduzido para o português como capacitismo e “*se materializa através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional*” (Mello, 2016) e, mais adiante, a autora afirma que o capacitismo “*é a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o racismo, o sexismo e a homofobia*” (Mello, 2016, p. 3272). O capacitismo, então, emergiu para nomear a discriminação por condição de deficiência e “[...] *também tem sido compreendido como eixo de opressão que, na intersecção com o racismo e o sexismo, produz como efeito a ampliação dos processos de exclusão social*” (Gesser et al. in Gesser et al. [orgs.], 2020, p.18), ou seja, o capacitismo é estrutural e estruturante,

[...] produzindo **formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes**. Ademais, as **capacidades normativas** que sustentam o capacitismo **são compulsoriamente produzidas com base nos discursos biomédicos que, sustentados pelo binarismo norma/desvio, têm levado a uma busca de todos os corpos a performá-los normativamente como “capazes”**, visando se afastar do que é considerado abjeção. (Gesser et al. in Gesser et al. [orgs.], 2020, p. 18, grifo nosso).

Tão importante quanto em outro momento, Mello et al. (in Shimanski e Cavalcante, 2014) explicam que “*disability/discapacidad* não tem o mesmo significado de incapacidade [...] muito menos de deficiência” (Mello et al., 2014), apesar de serem termos, constantemente, traduzidos no Brasil como “*deficiência*”. Os autores explicam que

Disability/discapacidad significa “**discapacidade**” em português, ou seja, um neologismo formado com o prefixo grego “dis”, que significa dificuldade, mais a palavra capacidade, não tendo nenhuma relação conceitual com as palavras deficiência e incapacidade. (Mello et al. in Shimanski e Cavalcante, 2014, p. 94, grifo nosso).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nessa seara, pode-se dimensionar que o anticapacitismo seria, então, a resposta à discriminação pela condição de deficiência, assim como uma luta política organizada que propõe o fim da imposição de uma corponormatividade. Fazemos aqui o movimento, junto com outros autores, de utilizar a palavra deficiência como termo que nos possibilita compreender, de forma ampliada, o que queremos discutir. Observa-se, no entanto, que o expressivo acúmulo teórico das produções acadêmicas no campo dos estudos da deficiência, iniciadas desde o século passado, são marcadas, expressivamente, por publicações em língua inglesa (norte-americana) e latina (Espanha e América-latina). Muitas autoras e autores vêm se dedicando ao aprofundamento e discussão desse tema (Sasaki, 1997, 2004; Diniz, 2007; Mello e Nuernberg, 2012; Gavério, 2016; Mello, 2016, Magnabosco e Souza, 2019; Gesser et al., 2020), por isso, aqui, não pretendemos esgotar o debate, tampouco reduzi-lo, mas sim, em alguma medida, poder contribuir.

Podemos afirmar, em resumo, que os conceitos – deficiência ou incapacidade (seja no português, no espanhol ou mesmo na língua inglesa) – podem estar atrelados a uma lógica capacitista, quando prospectados apoliticamente.

Nessa dança terminológica, Anahi Mello (2016) faz uma proposta,

Minha proposta é que, a exemplo de Portugal, passemos a adotar no Brasil a **tradução de ableism para capacitismo na língua portuguesa**, por duas razões principais: a primeira é a **demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência** e, por consequência, dar maior visibilidade social e política a este segmento; a segunda deriva do próprio postulado da teoria crip, ou seja, para **desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes é necessário explorar os meandros da corponormatividade de nossa estrutura social** ao dar nome a um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser e fazer (Mello, 2016, p. 3267, grifo nosso).

A ideia, por muito tempo propagada, de as pessoas com deficiência serem consideradas incapazes, e as variações terminológicas utilizadas, ao longo do tempo, para se referir a essa população relacionam-se, entre outros determinantes, com os ditames do capital e o caráter alienado de sua relação (Iamamoto, 2011). Lucídio Bianchetti (1993) questiona isso: *“que tipo de corpo, cada classe social dominante, nos diferentes momentos históricos, precisou?”* (Bianchetti, 1993, p. 23). Somam-se a isso as contribuições de Morán e Tiseyra (2019) sobre a relação entre os estudos decoloniais e os estudos sobre deficiência, a partir dos quais os autores propõem o conceito de *“modernidad colonial capacitista”*, em que os autores explicam:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] retomando conceptualizaciones de los estudios críticos de la discapacidad, entendemos que en la perversidad de la trama moderno-colonial la capacidad, junto con la raza y el género, han tenido un papel trascendental en la jerarquización e invisibilización de una gran parte de la población mundial. Estas premisas de la modernidad, son el resultado de una forma particular de conocer, pensar, sentir y ser que anula otras posibilidades (*Ibidem*, 2019, p. 506)¹⁴.

Nesse sentido, as construções decoloniais são importantes ferramentas que, assim como os estudos de gênero e das relações sociais de classe, possibilitam uma compreensão crítica do mundo e das relações sociais na medida em que permite “*nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.*” (Quijano, 2005, p. 139 *apud* Paz, 2023, p. 09). Assim, para aprofundar tais construções, apresentamos, a seguir, uma breve introdução aos debates sobre duas diferentes perspectivas de análise.

SISTEMAS DE OPRESSÕES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE: interseccionalidade ou consubstancialidade-coextensividade?

[...] *el sistema de la capacidad corporal obligatoria, que em certo produce la discapacidad, está profundamente entrelazado con el sistema de la heterossexualidad obligatoria que produce lo queer: que, de hecho, la heterossexualidad obligatoria depende de la capacidad corporal obligatoria y viceversa.* (McRuer, 2021, p. 18)¹⁵

Sem pretensões de esgotar o debate ou tampouco reduzi-lo, temos aqui um importante desafio de, pelo menos, apresentar duas perspectivas de análise presentes no campo das ciências humanas e sociais, a saber: a consubstancialidade-coextensividade e a interseccionalidade. A primeira vem amadurecendo e ganhando maior espaço, enquanto a outra possui significativos contornos na literatura da área, inclusive nas produções do serviço social brasileiro. Longe de estimular revanchismos entre ambas, queremos, com o presente artigo, somar contribuições ao arcabouço teórico pertinente.

¹⁴[...] Retomando conceituações dos estudos críticos da deficiência, entendemos que na perspectiva da trama moderno-colonial a capacidade, juntamente com a raça e com o gênero, tiveram um papel transcendental na hierarquização e invisibilização de uma grande parte da população mundial. Estas premissas da modernidade, são o resultado de uma forma particular de conhecer, pensar, sentir e ser que anula outras possibilidades (*Ibidem*, 2019, p. 506, tradução livre minha).

¹⁵“[...] o sistema da corponormatividade compulsória, que, em certo modo, produz a deficiência, está profundamente relacionado com o sistema da heterossexualidade compulsória que produz o *queer*: que, de fato, a heterossexualidade compulsória depende da corponormatividade e vice-versa” (McRuer, 2021, p. 18, tradução livre minha).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A propósito do exposto, convém recorrer às contribuições de Cisne e Santos (2018)¹⁶ pela importante reflexão que fizeram sobre feminismo e serviço social a partir da perspectiva da consubstancialidade-coextensividade. Buscamos compreender tal movimento, pois as autoras apontam consideráveis disparidades entre as perspectivas. A interseccionalidade, tão propalada no campo das ciências sociais, advém

[...] do Black Feminism (feminismo negro), movimento que criticou de maneira radical o feminismo branco, de classe média, heteronormativo (Hirata, 2014, p.62). Ainda que o termo interseccionalidade tenha sido cunhado apenas em 1989, a preocupação em problematizar as opressões e suas interações já se fazia presente (Cisne e Santos, 2018, p. 81).

Sobre a aparição do termo, as autoras dizem que

O termo interseccionalidade, no entanto, foi escrito pela primeira vez, segundo Hirata (2014), pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, quando, justamente com outras autoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs, passam a teorizar sobre o conceito. (Cisne e Santos, 2018, p. 81).

A interseccionalidade é *“uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política”* (Hirata, 2014, p. 69 *apud* Cisne e Santos, 2018, p. 82). Ainda sobre essa categoria, temos que

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata **especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras**. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando **interseções complexas, nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam** (Crenshaw, 2002, p. 177, *apud* Cisne e Santos, 2018, p. 82, grifo nosso).

Aqui, nos é caro compreender essas perspectivas analíticas, pois, de um lado, as construções feministas no campo dos estudos sobre deficiência - e não apenas essas como muitas construções decoloniais - são significativamente adeptas da interseccionalidade. De outro lado, a perspectiva da consubstancialidade-coextensividade, uma vez compreendida, parece possuir uma maior relação com materialismo histórico-dialético. Mesmo afirmando a relação entre

¹⁶ Cf. CISNE, M. e SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a perspectiva de análise consubstancial com o método materialista, no entanto, opta-se, nesse estudo, por uma perspectiva interseccional por alguns fatores: a) pelo fato de estar na agenda das autoras feministas com deficiência o uso dessa perspectiva nos estudos, pesquisas e ações que envolvem a construção de conhecimento crítico sobre o tema; b) o grande acúmulo e espraiamento dessa categoria, tanto dentro da acadêmica, quanto fora (nos movimentos sociais/políticos); e c) a expressiva contribuição do femismo negro na concepção da categoria, permitindo aproximações com uma perspectiva decolonial.

No que tange à interseccionalidade, Lugones (2008) diz que essa categoria revela o que não é possível dimensionar, quando elementos como gênero e raça, por exemplo, são concebidos separados um do outro. Sob essa ótica, a partir dos estudos sobre a deficiência, mensura-se que tal perspectiva foi prospectada sem a interface com a deficiência, apesar de essa atuar como um marcador social de diferença, assim como as outras. Mello e De Mozzi (2018) afirmam que “[...] os movimentos feministas não incorporaram as questões da deficiência de modo interseccional” (Mello e De Mozzi, 2018, p. 21 *in* Rosa, 2018). Assim, é importante resgatar o que Eliana Ávila (2014) – citação das autoras – traz de contribuições sobre o capacitismo nos estudos interseccionais,

Incorporar o capacitismo aos estudos interseccionais significa reconhecer a deficiência como um componente constitutivo primordial das lutas antirracistas, decoloniais, feministas e queer – sem falar nas lutas contra opressões ainda menos nomeadas. No entanto, a **deficiência está longe de ser reconhecida como qualquer posicionamento que não seja abjeto, já que a experiência da deficiência é fundida e confundida com sua definição capacitista [...]. Não deveria ser necessário ressaltar que a luta anticapitista é legítima em si, ou seja, não é exclusivamente por funcionar como âncora do racismo, assim como de ideologias excludentes ainda menos nomeadas, que o capacitismo deve ser exposto e desmantelado. O pressuposto comum de que a luta anticapitista é secundária às lutas feministas, mesmo às antirracistas, anticlassistas, decoloniais e queer, é não só equivocado como também instituído discursivamente:** faz parte do que se denomina hostilidade horizontal, termo este criado por Lorde para denunciar os discursos que reduzem alguns projetos emancipatórios como sendo menos urgentes que outros, inviabilizando, assim, o potencial político de interromper a proliferação de campos de opressão ao separá-los entre si. (ÁVILA, 2014, p. 133-134; 140-141 *apud* Mello e De Mozzi, 2018, p. 22 *in* Rosa, 2018, grifos nossos).

Ainda sobre essa perspectiva de análise, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) são autoras dos estudos interseccionais e referências na difusão da interseccionalidade como ferramenta analítica. Para elas, a interseccionalidade “é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo” (Collins e Bilge, 2020, p. 16).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A interseccionalidade investiga como as **relações interseccionais de poder** influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. **Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.** A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2020, p. 16).

As autoras seguem argumentando, e aqui reproduzimos pela significativa importância do assunto, que “[...] *as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes*” (Collins e Bilge 2020, p. 17, grifo nosso).

[...] o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em **determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes.** De fato, essas categorias se **sobrepõem e funcionam de maneira unificada.** Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins e Bilge, 2020, p. 17, grifo nosso).

Fica nítido, então, que a interseccionalidade procura entender que, na base das relações sociais, as imbricações das categorias de sexo, raça e classe estão, constantemente, presentes e associadas com outras expressões que irão enfatizar aquelas, ou seja, *“o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.”* (Collins e Bilge, 2020, p. 20).

Com esse panorama, então, buscamos entender possíveis diferenças entre a interseccionalidade e a consubstancialidade-coextensividade. De acordo com Cisne e Santos (2018), a consubstancialidade-coextensividade entende que as relações sociais são consubstanciais, ou seja,

[...] elas formam um nó que não pode ser sequenciado no nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: **implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente** (Kergoat, 2012, p. 126-127 *apud* Cisne e Santos, 2018, p. 83, tradução das autoras, grifo nosso).

É nessa essência que caracteriza a consubstancialidade-coextensividade, que se encontra a crítica à interseccionalidade, visto que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] além da caracterização geométrica e cartográfica, outra crítica à interseccionalidade é a incorporação de outras dimensões para além de **classe, sexo e raça, que não são consideradas relações sociais estruturantes**. Na verdade, o problema, ao nosso ver, não está em considerar outras categorias, mas em desconsiderar as relações sociais antagônicas que determinam as desigualdades sociais (Cisne e Santos, 2018, p. 83, grifo nosso).

As autoras acrescentam que

[...] **as dimensões de classe, raça e sexo são dialeticamente indissociáveis e entrelaçadas, não podem ser isoladas uma das outras** (Pinheiros, 2016). Já na interseccionalidade não é uma única linha, são linhas diferentes que podem (ou não) se cruzar, ou melhor, não necessariamente o entrelaçamento será entre raça, classe e sexo (Cisne e Santos, 2018, p. 83).

Em outras palavras, a consubstancialidade não aceita a incorporação de outras categorias para além de classe, raça-etnia e gênero-sexo, e isso configura um dos motivos pelos quais opta-se pelo não uso dessa perspectiva no estudo, uma vez que entendemos que o capacitismo é estrutural e estruturante das relações sociais e performa-se e materializa-se tal como outros sistemas de opressão, como o racismo e sexismo e encontra-se no cerne das relações sociais de produção e reprodução. E chega a ser interessante o fato de as autoras feministas da consubstancialidade não terem galgado tal aproximação com os estudos sobre deficiência, pois o capacitismo nos permite entender a opressão sofrida pelos corpos dissidentes do padrão corponormativo hegemônico, evidenciando sua posição estrutural. Tal opressão é acentuada pelo modo de produção capitalista que impõe tanto uma heteronormatividade quanto uma corponormatividade que sejam ferramentas de reprodução ampliada do sistema.

Ambas perspectivas, portanto, possuem suas importâncias, entretanto, historicamente, elas não fizeram os esforços necessários para incorporar, ou buscar entender a categoria da deficiência nos seus estudos, mesmo que superficialmente. Entendemos que, no caso da consubstancialidade-coextensividade, é expressiva uma preocupação com a categoria da totalidade do materialismo histórico-dialético, partindo de uma reflexão sobre a sociabilidade capitalista que, por seu turno possui elementos que são estruturantes e implicam no mundo do trabalho desse modo de produção e que, portanto, outros fatores ressonantes não devem ser confundidos como estruturantes (sexo, raça e classe), mas que, todavia, estamos afirmando que o capacitismo deve ser colocado nessa relação estrutural. Já a interseccionalidade, com sua concepção - entendida pelos seus críticos como - geométrica, desenvolve aproximações e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

afastamentos com uma ou outra categoria, o que pode gerar certas dificuldades em amarrar o todo. Enfatizamos, no entanto, a importância dos estudos feitos pelas teóricas feministas com deficiência que conseguiram descortinar essa lacuna presente nas ciências sociais e que, desde então, persistem na difusão dos estudos interseccionais com interfaces com a deficiência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o compromisso com a superação de uma estrutura social capacitista que nos permita, inclusive, romper com o imaginário social de opressão deve ser associado a uma coalizão dos estudos interseccionais com os estudos sobre a deficiência, como proposto pelas feministas com deficiência. Do mesmo modo, tal coalizão proporciona o rompimento com interpretações do modelo tradicional da deficiência fundamentadas em preceitos religiosos concebidas pelo viés caritativo, filantrópico, messiânico e, muitas vezes, fatalistas e/ou eugênicos¹⁷. O presente artigo, então, teceu reflexões sobre a importância da compreensão da deficiência como categoria de análise, o compromisso do serviço social com a luta anticapacitista e a potencialidade da bagagem decolonial para análise crítica da realidade.

Em síntese, poderíamos, nessa amálgama de concepções, argumentar que, antes mesmo das classificações de sexo, raça ou classe, no marco capitalista, o ditame é em relação à produção. E com isso questionamos: quem é **capaz** de produzir? e a quem interessa **corpos produtivos**? Tal indagação permite buscar respostas, mesmo que não seja o objetivo do presente artigo, e conexões com a crítica da economia e política, tendo, no horizonte, o entendimento de que o capital opera e colabora com uma lógica capacitista que permeia todas as nossas relações sociais de produção e reprodução, e é, a partir desse painel, que reafirmamos nosso entendimento da construção social da deficiência e da possibilidade de a superarmos juntos como fenômeno relacional.

REFERÊNCIAS

BARNES, Colin. *Interview*. In DINIZ, Debora. **Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes**. Revista Ser Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013.

¹⁷ Sobre eugenia e capacitismo cf. Gesser et al. *in* Gesser et al. [orgs.], 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes.** In BIANCHETTI, Lucídio & FREIRE, Ida Maria (Orgs.). Um Olhar Sobre a Diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papyrus, 1998.

CISNE, M. e SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2020.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia e SANTOS, Wanderson Rufino dos. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça.** Revista Internacional de direitos humanos. Set. 2009.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Feminist, Queer, Crip. Resenha de Kafer, Alison. Feminist, Queer, Crip. Bloomington: Indiana University Press, 2013. (Edição Kindle). **Revista Florestan Fernandes.** 2016. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/170/> Acesso em: 05/09/2023. Acesso em: 05/09/2023.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: Gesser, M.; BOCK, G. L. K.; LOPES, P. H. [orgs.]. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba: CRV, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2011.

KAFER, Alison. **Feminist, Queer, Crip.** Indiana University Press. Bloomington, Indiana, 2013

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero.** In Revista Worlds and knowledge Otherwise, Vol. 2, abr. 2008.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xN3zgQD7sqqgSwxrZfV7qQk/?format=pdf>. Acesso em: 10/07/2024.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVtTQDLxr7Q4H/>. Acesso em: 12/09/2023.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H; BLOCK, P. (2014). Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo In SHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. (orgs) **Pesquisa e Extensão: Experiências e Perspectivas Interdisciplinares.** Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.** Ciência &



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Saúde Coletiva [online]. 2016, v. 21, n. 10 [Acessado 23 Janeiro 2023], pp. 3265-3276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.

MELLO, Anahi Guedes de; De MOZZI, Gisele. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. In Rosa, Vinicius de Freitas [et al.]. **Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional**. Porto Alegre: Secco Editora, 2018.

MORÁN, Juan Andrés Pino; TISEYRA, Maria Victoria. **Encontros entre la perspectiva decolonial y los estudios de la discapacidad**. Revista Colombiana de Ciencias Sociales, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1021136>. Acesso em: 27/07/2024.

MCRUER, Robert. **Teoría Crip**: signos culturales de lo queer y de la discapacidad. Madrid-España: Kaótica Libros. Javier Sáez del Álamo (Traducción). 2021.

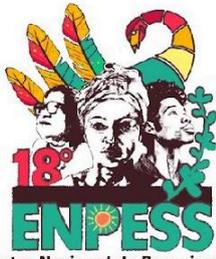
PAZ, Rosângela Dias de Oliveira da Paz; SANTOS, Jussara Francisca de Assis dos; SANT'ANA, Raquel Santos. Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial. **Serviço Social e Sociedade**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/h7vW386g4tcfbrwxLybbsBF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/07/2024.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, n. 104, p. 750-772, out. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKqNLzD8NJPYJbvH5R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/06/2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida Independente na era da sociedade inclusiva**. São Paulo: RNR, 2004.

SEMPERTEGUI, Mauricio Alexei Mareño. **Una Aproximación a la Teoría Crip**: la resistencia a la obligatoriedad del cuerpo normativo. Revista de Crítica Social. 2021. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/argumentos/article/view/6987>. Acesso em: 12/09/2023.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**